



Os desafios da operacionalidade do enfrentamento do risco e vulnerabilidade social na proteção social do SUAS.

Fabricio Fontes de Andrade ¹

Ilzamar Silva Pereira ²

Jadna Kelly da Silva ³

Celivane Alves Machado Lopes ⁴

Luiza Santos da Cruz ⁵

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo discutir a operacionalização do enfrentamento dos conceitos de risco e vulnerabilidade no âmbito da Política de Assistência Social e como este fato impacta na viabilização de direitos. As bases desta discussão se fundamentam através de revisão bibliográfica, perscrutando a origem da utilização destes conceitos fundamentais na consolidação desta política social e avança na dinâmica prospectiva da operacionalização das ações no âmbito do SUAS para o enfrentamento das situações de risco e vulnerabilidade social.

Palavras-Chave: Risco, Vulnerabilidade, Política Social

ABSTRACT

This article aims to discuss the operationalization of the confrontation of the concepts of risk and vulnerability within the scope of the Social Assistance Policy and how this fact impacts on the viability of rights. The bases of this discussion are based on a bibliographical review, scrutinizing the origin of the use of these fundamental concepts in the consolidation of this social policy and advances in the prospective

¹ Professor Adjunto do Programa de Pós Graduação em Política Social e Territórios – POSTERR e do Curso de Serviço Social (UFRB). Doutor em Serviço Social (UFRJ). Membro do Grupo de Pesquisa em Pobreza, Assistência Social e Território - GEPAST E-mail: fabricio@ufrb.edu.br

² Professora Adjunta do Programa de Pós Graduação em Política Social e Territórios – POSTERR e do Curso de Serviço Social (UFRB). Doutor em Serviço Social (UFRJ). Membro do Grupo de Pesquisa em Pobreza, Assistência Social e Território - GEPAST E-mail: ilzamar.pereira@ufrb.edu.br

³ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Territórios –POSTERR. Graduada em Serviço Social (UNP). Membro do Grupo de Pesquisa em Pobreza, Assistência Social e Território - GEPAST E-mail: jadnacosta12@hotmail.com

⁴ Estudante de graduação do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Membro do Grupo de Pesquisa em Pobreza, Assistência Social e Território - GEPAST; E-mail: celivane.machado@gmail.com

⁵ Estudante de graduação do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Membro do Grupo de Pesquisa em Pobreza, Assistência Social e Território - GEPAST; E-mail: Luizacruz@aluno.ufrb.edu.br

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



dynamics of the operationalization of actions within the scope of SUAS to face situations of richness and social vulnerability.

Keywords: Risk, Vulnerability, Social Policy

1. INTRODUÇÃO

As políticas sociais surgem a partir da sociedade capitalista como estratégia de intervenção Estatal visando ampliar a esfera do consenso social diante do conflito inerente à dinâmica societária do capital que coloca em confronto iminente a classe trabalhadora que reivindica melhores condições de vida e reprodução social e capitalista que buscam ampliar a acumulação de capital. Apesar da sua gênese contraditória, tais políticas se configuram como instrumento de garantia das necessidades sociais básicas de vida.

No Brasil, o marco no processo histórico da construção das políticas sociais se dá com a instituição da Seguridade Social na Constituição Federal de 1988, no artigo 194 é estabelecido que a seguridade social “compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (BRASIL,1988). Neste sentido, configurada enquanto política social a assistência social se impõe o desafio de romper com a visão caritativa, fundamentando-se enquanto direito.

Em seu processo de regulamentação, em 2004, é aprovada a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), com vistas a redesenhar esta política e firmando o compromisso do Estado para sua efetivação, pois a consolidação jurídico-burocrática é fundamental para orientar a implementação de uma política social, (YAZBECK,2018). É nesse cenário de consolidação normativa que se fundamenta a incorporação dos conceitos de risco e vulnerabilidade social, que permeará a definição do que se considerará o público alvo da Assistência Social.

No âmbito da PNAS, ambos os conceitos são abordados de forma complementar e classificam o grau de atenção que cada um necessita e a situação a qual está exposto. Apesar da relevância, e da centralidade da discussão dos

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

conceitos, pode-se considerar como ainda esparsas as contribuições teóricas a seu respeito, visto que a utilização destes termos é considerada recente em face do processo histórico de construção da política de Assistência Social.

O debate sobre os conceitos de risco e vulnerabilidade social e a operacionalização enquanto ações de proteção social parece ser objeto distante e intangível à significativa parte dos trabalhadores que atuam diretamente nas ações de proteção social no Brasil. O manejo e utilização de indicadores no enfrentamento das situações de risco e vulnerabilidade social é notada perfunctoriamente no cotidiano de trabalho de muitos técnicos, não por inoperância dos indicadores e dos conceitos enquanto ferramentas de trabalho, mas por em grande medida um debate perfunctório destes no trabalho profissional.

Trata-se, por um lado, de um não reconhecimento de que são as atividades realizadas por sujeitos do cotidiano que produzem os fatos e realidades no enfrentamento das situações de risco e vulnerabilidade social. Por outro lado, trata-se de uma visão mistificada dos conceitos e sua operacionalidade na proteção social da Assistência Social.

A metodologia de construção deste artigo se configura na atividade de pesquisa bibliográfica sobre os conceitos de risco e Vulnerabilidade Social sua incorporação na política de assistência social, bem como a reflexão sobre os desafios práticos de sua operacionalização a partir dos trabalhadores sociais vinculados ao sistema de seguridade social brasileiro, em especial aqueles vinculados ao SUAS.

Este trabalho está organizado a partir de três momentos articulados: num *primeiro momento*, expõe os conceitos de risco e vulnerabilidade social e sua incorporação na política de Assistência Social. Num *segundo momento*, debate sobre os desafios da operacionalização de indicadores para operacionalização de conceitos abstratos de risco e vulnerabilidade, que são centrais no trabalho no âmbito do SUAS e, por fim, esses momentos perfazem uma síntese das discussões à guisa de considerações finais.

PROMOÇÃO



APOIO



2. RISCO E VULNERABILIDADE SOCIAL: reflexões sobre a operacionalização protetiva de seu enfrentamento.

Inicialmente, a abordagem acerca da vulnerabilidade se restringia ao viés econômico, no entanto, gradualmente sucedeu a incorporação de outros elementos, sendo entendida a partir de múltiplos fatores, incluindo fragilidade de vínculos, exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas, diferentes formas de violência, inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho e outros fatores previstos na PNAS. (BRASIL,2004).

Por conseguinte, o conceito de risco está, atualmente, imbricado ao de vulnerabilidade, porém, este se apresenta de maneira mais ampla se considerado suas abordagens ao longo do processo sóciohistórico.

A utilização deste termo adquiriu expressão durante os séculos XVI e XVII, sendo usada pelos exploradores ocidentais associada aos perigos marítimos, portanto, o termo era ligado a eventos naturais. Em contrapartida, GIDDENS (2000) constrói o debate voltado para o risco enquanto socialmente construído. O sociólogo categoriza o risco em dois tipos, o risco fabricado e o risco externo,

“O primeiro resulta principalmente das ações dos próprios homens, é “criado pelo impacto de nosso crescente conhecimento sobre o mundo” (GIDDENS, 2000, p. 36). E o outro é “vindo de fora, das fixidades da tradição ou da natureza” (GIDDENS, 2000, p. 36). Porém, o risco fabricado é o mais complicado de certificar seu nível de ameaça, eles “são tão ameaçadores ou mais, quanto os que vêm de fora” (GIDDENS, 2000, p. 44; Apud. ALVARENGA, 2012, p.45).

A primeira concepção de risco abordada por Giddens está ligada à modernidade e seu lado sombrio em decorrência das transformações sociais e conjunturais ao longo do tempo e passa a ser pensado de maneira coletiva, “o risco se tornou global no sentido da intensidade – ameaça a continuidade da vida no planeta –, do aumento da quantidade de eventos – presente em todas as partes do globo – e do número de afetados – ele atinge senão todos, pelo menos a maioria das pessoas” (GIDDENS, 1991. Apud. ALVARENGA, 2012). Dessa forma, os riscos

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

sociais requisitam medidas eficazes de enfrentamento, levando em conta a heterogeneidade no perfil dos indivíduos e famílias em situação de risco.

A Política Nacional de Assistência Social insere o conceito de risco para classificar a condição de determinados segmentos da sociedade, a exemplo da “população em situação de rua, indígenas, quilombolas, adolescentes em conflito com a lei” (PNAS,2004), o termo é frequentemente utilizado em conjunto com o vulnerabilidade, induzindo a percepção de que estes são sinônimos, todavia, é preciso sinalizar que ambos apenas se complementam, visto que “os riscos expõe os sujeitos à situações vulneráveis” (ALVARENGA, 2012), dessa forma, a PNAS busca prevenir os riscos através do “desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.” (BRASIL,2004), com vistas a cessar situações de vulnerabilidade social.

Para avançarmos nessa perspectiva de aproximação entre o manejo dos sistemas de indicadores sociais e o trabalho no SUAS, devemos apontar a interrelação entre a dinâmica de risco/vulnerabilidade e a (des)proteção social nos territórios em que se efetiva o trabalho no SUAS. Dessa forma, destacamos a dinâmica relacional entre riscos, vulnerabilidades e (des)proteções sociais. Sposati (2009) sinaliza a tripla dimensão da determinação dos riscos na sociedade contemporânea: a dimensão substantiva, a dimensão temporal e a dimensão adjetiva.

Inicialmente, Sposati (2009, p 29 ss) destaca a *dimensão substantiva*, que delimita o que são riscos sociais, fato que enseja a possibilidade de acontecer algum evento que repercuta negativamente nos suportes da sociabilidade dos grupos sociais, famílias e/ou indivíduos.

A dimensão substantiva nos direciona inequivocamente à *dimensão temporal* dos riscos, sua delimitação preventiva e protetiva quanto à incidência dos riscos sociais em nossa sociedade, em antever as situações que expressam riscos sociais, e colocar em marcha formas de mitigar suas repercussões, que se

PROMOÇÃO



APOIO





materializam nas dimensões preventivas e protetivas das Seguranças Sociais⁶ que o SUAS busca afiançar.

Em um terceiro aspecto destaca a *dimensão adjetiva* dos riscos sociais, que determina o contingente de gradação com que estes riscos sociais se expressam em diversas sociedades, uma vez que estes não são uniformes e são determinados por uma multidimensionalidade de fatores conectados, quais sejam: econômicos, sociais, culturais e ambientais.

Assim o risco social acarreta a iminência imediata de uma situação de exposição ao perigo, mas também na probabilidade que a ocorrência de repercussões sociais que impactem na qualidade de vida dos indivíduos e suas famílias. Neste sentido, as ações proteção envolvem diminuição de exposição às situações e a estruturação de mecanismos que mitiguem as repercussões da exposição aos riscos quando estes se materializarem.

Neste ponto incidem novamente as potencialidades dos indicadores sociais oriundos do trabalho profissional no SUAS, uma vez que: “trabalhar situações de risco supõe conhecer as incidências, as causalidades, as dimensões dos danos para estimar a possibilidade de reparação e superação, o grau de agressão do risco, o grau de vulnerabilidade/resistência ao risco”. (SPOSATI, 2009, p. 29)

Como destaques se inserem os indicadores de acompanhamento das famílias pelos programas do PAIF (Proteção e Atendimento Integral a Famílias) e

⁶ Segundo a Política Nacional de Assistência Social, as seguranças sociais afiançadas seriam:

“segurança de sobrevivência ou de rendimento e de autonomia: através de benefícios continuados e eventuais que assegurem: proteção social básica a idosos e pessoas com deficiência sem fonte de renda e sustento; pessoas e famílias vítimas de calamidades e emergências; situações de forte fragilidade pessoal e familiar, em especial às mulheres chefes de família e seus filhos.

- segurança de convívio ou vivência familiar: através de ações, cuidados e serviços que restabeleçam vínculos pessoais, familiares, de vizinhança, de segmento social, mediante a oferta de experiências socioeducativas, lúdicas, socioculturais, desenvolvidas em rede de núcleos socioeducativos e de convivência para os diversos ciclos de vida, suas características e necessidades.

- segurança de acolhida: através de ações, cuidados, serviços e projetos operados em rede com unidade de porta de entrada destinada a proteger e recuperar as situações de abandono e isolamento de crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, restaurando sua autonomia, capacidade de convívio e protagonismo mediante a oferta de condições materiais de abrigo, repouso, alimentação, higienização, vestuário e aquisições pessoais desenvolvidas através de acesso às ações socio-educativas”. (BRASIL, 2004, p.40)

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

PAEFI (Proteção e Atendimento Especializado a Famílias) priorizando as regiões com maior incidência de riscos e famílias com maior vulnerabilidade, que podem ser evidenciados acompanhamento das situações que resultam em descumprimento das condicionalidades de programas sociais, registro de atendimentos e atividades, acolhimentos realizados, principais violações prevalentes no território.

Assim, o trabalho direto na oferta e execução de serviços e benefícios no SUAS possibilita aos seus trabalhadores ter uma dimensão de como estes riscos se repercutem nos territórios, para além das centrais dimensões de desigualdade e ausência de renda, nas precariedades infraestruturais, nos fenômenos de isolamento social, ausência de pertencimento, nas contingências causadas por desastres sociais, bem como a gradação diferenciada de exposição ao risco por questões geracionais, étnico-raciais, de gênero e orientação sexual, segmentos que tem sido afetados por maior incidência de riscos.

Por outro lado, a par dos processos de exposição aos riscos sociais temos que ter em análise a capacidade de indivíduos e famílias em aspectos individual/coletivo, ou de acesso a serviços socioassistenciais, fazer frente às repercussões da incidência dos riscos, impedindo o esgarçamento das relações sociais, impedindo a violação de direitos e possibilitando o acesso à meios de vida e reprodução social.

Tendo em vista seu aspecto que ultrapassa o caráter objetivo, a vulnerabilidade não prescinde do desvelamento de seu conteúdo subjetivo e interrelacional. Nesta perspectiva, o conceito de vulnerabilidade social se diferencia de pobreza ou miséria especificamente, embora esteja perpassado por estas. Apesar de significativa insegurança decorrer da falta de acesso à renda e oportunidades, zonas de vulnerabilidade envolvem uma menor capacidade dos indivíduos ou grupos de fazer frente aos riscos sociais aos quais estão expostos enquanto sujeitos que vão além das determinações econômicas. Assim, podemos compreender este conceito de Vulnerabilidade Social como:

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

o resultado negativo da relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos atores, sejam eles indivíduos ou grupos, e o acesso à estrutura de oportunidades sociais econômicas culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade. (ABRAMOVAY *et al* , 2002, p.192).

Compreende-se, que as formas de manifestação da vulnerabilidade social se colocam em dois planos inter-relacionados e interdependentes: a dimensão estrutural e a dimensão subjetiva. No plano material/estrutural se coloca em marcha na queda das condições objetivas de vida e reprodução social, e no plano simbólico/subjetivo nos sentimentos de incerteza, fragilidade e desproteção social. (CASTEL, 1997)

Com efeito, no âmbito da Assistência Social os mecanismos voltados para a superação da vulnerabilidade em consonância com Bonzo (2009), apontam a necessidade de fortalecer indivíduos e famílias, envolvendo aspectos e dimensões relacionais e de natureza psicossocial e abrange, para além de recursos físicos ou financeiros, “capacidades humanas e também recursos imateriais (ideias, habilidades, saberes etc.) e sociais. Alterar condições de vulnerabilidade implica ampliar a base de ativos, fortalecer o repertório de respostas, expandir capacidades e fronteiras de pensamento e ação.” (BONZO, 2009, p.176). A garantia dos direitos socioassistenciais se configura como primordial na superação das desigualdades sociais, bem como potencialidade para construir transformações.

Neste sentido, é importante destacar a existência de diversos graus de vulnerabilidade no âmbito da sociedade brasileira, em especial setores pauperizados que buscam alternativas para a inserção nos circuitos econômicos e melhoria das condições de vida, e/ou por setores médios em constante empobrecimento que buscam manter seus canais de inclusão via acesso a renda, serviços estatais e oportunidades. Assim, estes graus de vulnerabilidade envolvem a *precariedade do trabalho* (o aumento do desemprego e a generalização do subemprego), *fragilidade dos suportes de pertencimento e proteção* via sociabilidade primária, fruto de constantes abusos e desproteções sociais de

PROMOÇÃO



APOIO



segmentos sociais da população brasileira, bem como a *precarização e desmonte das estruturas públicas de proteção social* na atualidade.

Vislumbra-se que os grandes sustentáculos na historicidade da proteção social brasileira, - Mercado, Estado e família – se encontram sob forte tensionamento no início do século XXI, e se metamorfoseiam diante das transformações societárias em curso, em elementos que originam em polo oposto do seu pressuposto protetivo, insegurança e desproteção aos indivíduos e grupos.

Por um lado, a precarização do emprego na cena contemporânea quebra a dinâmica projetada de ampliação da inclusão e melhoria de condições sociais via acesso a oportunidades e renda, gerando uma agudização da desigualdade social e crescente instabilidade frente a processos de inexorável financeirização do capital no regime de acumulação flexível⁷. Esse fenômeno acarreta alterações significativas na massa de trabalhadores e trabalhadoras, seus filhos e filhas que usam das políticas públicas, como também atingem diretamente aos trabalhadores que desenvolvem as mesmas políticas.

Por sua vez a desestruturação dos serviços estatais face às contrarreformas neoliberais em marcha diminuem as possibilidades de proteção social destas, o que em dinâmica contraditória reforça a responsabilização das famílias no cuidado, fazendo emergir novamente a família como *locus* de cuidado e bem estar, no que se denomina matricialidade sóciofamiliar⁸, mas que de maneira implícita se configura em *familismo*⁹ nas políticas sociais brasileiras.

⁷ Caracteriza-se como parâmetro de análise neste artigo o conceito de Regime de Acumulação tal qual o utilizado por Harvey (1993) com o objetivo de contrastar os momentos diferenciados de regulação econômica no âmbito do capitalismo monopolista. Harvey observa o cerne do *regime de Acumulação* enquanto o “(...) conjunto total de relações e arranjos [sistemas, instituições, processos, normas e leis e relações entre capital e trabalho] que contribuem para a estabilização do crescimento do produto e da distribuição agregada da renda e do consumo num período histórico e num lugar particulares” (p.118). Em específico, no Regime de Acumulação Flexível forja-se um novo padrão de produtos, consumo e relações sociais de produção, marcado “(...) pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, técnica e organizacional.”(HARVEY, 1993, p.140)

⁸ Ao analisar os parâmetros que balizam o enfoque da matricialidade familiar no âmbito Política de Assistência Social brasileira, demonstra-se que este documento estruturante da política compreende a família a partir dos mais variados arranjos familiares, uma vez que a mesma é compreendida “como núcleo afetivo, vinculado por laços consanguíneos, de aliança ou afinidade, que circunscrevem obrigações recíprocas e mútuas, organizadas



Por fim, o solapamento do modelo idealizado de família burguesa ainda presente mesmo que implicitamente nas concepções e práticas dos sistemas de proteção social na seguridade social brasileira, se deparam com a realidade multifacetada de múltiplos arranjos familiares que suplantam estas idealizações nucleares idílicas de família. Do mesmo modo, situações de destituição e violação de direitos no contexto intrafamiliar se somam a precarização da vida e desigualdade na sociedade brasileira, fragilizando este polo protetivo, que acaba demandando mais proteção, seja no âmbito do Estado ou no mercado seja lucrativo ou filantrópico.

Diante destes processos é preciso asseverar que a dinâmica destes três pilares condicionam as capacidades dos grupos sociais enfrentar e superar as contingências de exposição aos riscos, uma vez que os acessos precários a direitos condicionam as possibilidades de resiliência, superando a ideia de que a vulnerabilidade seja uma dinâmica individual.

Como ferramenta de desvelamento deste processo dinâmico de riscos/vulnerabilidades/(des)proteção social traçado nos parágrafos anteriores, os indicadores sociais podem ser ferramentas para ampliar o desenvolvimento de conhecimentos, dados sobre a realidade, e metodologias de ação sobre (des)proteção, os riscos sociais e vulnerabilidades tendo em vista sua densidade e intensidade de manifestação.

Neste aspecto o público alvo das ações integradas de assistência social se encontra sob constante risco, pois se por um lado possuem grande fonte de

em torno de relações de geração e gênero”. (p.90). Em orientações ao trabalho com famílias o MDS (2006, p.27) pressupõe que “família é o núcleo básico de afetividade, acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e referência no processo de desenvolvimento e reconhecimento do cidadão”. Apesar dos avanços constituídos no plano formal, resta ainda a manutenção de uma visão idílica e naturalizada de família que apresenta uma dimensão unicamente harmônica e invisibiliza seus aspectos contraditórios.

⁹ Uma das principais críticas que se colocam às políticas sociais contemporâneas no Brasil é o seu caráter familista que “tendem também a reforçar os papéis tradicionais de homens e mulheres na esfera doméstica e condicionar a posição de homens e mulheres no mercado de trabalho. Isso se traduz numa presença ‘secundária’ da mulher nesse mercado, quer seja pela forma (tipo de atividade, salário) como se inserem ou ainda pela dupla jornada de trabalho que as penalizam com o alto custo emocional”. (MIOTO 2008, p.140).

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



potencialidade por outro estão expostos em grande medida a fatores de desproteção e inseguranças sociais.

Enquanto categorias abstratas, as dimensões de risco e vulnerabilidades necessitam de indicadores para trazer uma maior aproximação destas categorias à forma como se expressam na realidade social. Neste sentido, alguns indicadores podem possibilitar aos trabalhadores do SUAS uma fotografia mais objetiva e mensurável das situações de risco e vulnerabilidade com os quais trabalham.

Existem bons indicadores que buscam retratar aspectos mais gerais da dinâmica socioeconômica que conduzem a bons diagnósticos da realidade social, sendo importantes por retratarem condições de saúde, (leitos por mil habitantes; Percentual de Crianças com baixo peso) condições de moradia (moradores por domicílio, coleta de lixo; taxa de cobertura da rede de esgoto etc) indicadores educacionais (taxa de analfabetismo; Anos médios de estudo) Indicadores de Renda e Desigualdade (% de pessoas abaixo da linha da pobreza) que podem ser acessados via instituições públicas nacionais.

Neste processo, alguns indicadores sociais são apontados na NOB (2005, p. 135) como vinculados à mensurabilidade de situações de vulnerabilidade social, que sintetizamos como:

- **Famílias com serviços de infraestrutura inadequados:** 1) Abastecimento de água provenientes de poço ou nascente ou outra forma; 2) Sem banheiro ou sanitário; 3) Destino do lixo inadequado conforme legislação; 4) Mais de 2 moradores por dormitório.
- **Renda e Desigualdade:** 1) Famílias com renda familiar per capita inferior $\frac{1}{4}$ salário mínimo; 2) Família com renda familiar per capita inferior $\frac{1}{2}$ salário mínimo: a) Com pessoas de 0 a 14 anos. b) com responsável com menos de 4 anos de estudo. c) Com pessoa com deficiência; d) Com pessoa de 60 anos ou mais;

PROMOÇÃO



APOIO



- **Arranjo Familiar:** 1) Família no qual há um(a) chefe de família mulher, sem cônjuge: a) Com filhos menores de 15 anos; b) analfabeta;
- **Educação e Trabalho:** 1) Família na qual há uma pessoa de 4 a 14 anos que não estude; 2) Família no qual há uma pessoa com 16 anos ou mais: a) Desocupada (procurando trabalho); b) Com quatro ou menos anos de estudo;

Estes indicadores estão disponíveis nas divulgações do Programa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE e são atualizadas com significativa regularidade tendo em vista sua abrangência nacional e possibilitam um quadro mais geral das situações de vulnerabilidade em um território.

Porém além destes dados mais gerais sobre a vulnerabilidade nos municípios e territórios, os dados oriundos dos atendimentos, cadastros e acompanhamentos realizados pelas equipes podem corroborar para a definição mais acurada das situações de vulnerabilidade social em um nível mais desagregado, consolidando as ações da vigilância socioassistencial¹⁰.

Neste sentido, alguns indicadores sobre perfil dos usuários e famílias no que diz respeito a gênero e orientação sexual, pertencimento étnico racial e perfil geracional podem apontar famílias que estão expostas pela condição social a um maior risco social de terem direitos sociais violados. Estes dados podem ser sistematizados em indicadores a partir dos prontuários de atendimento das equipes de referência, se tornando assim excelentes indicadores de risco e vulnerabilidade.

¹⁰ Vigilância socioassistencial, tendo como referência o documento da Política Nacional de Assistência Social, “refere-se à produção, sistematização de informações, indicadores e índices territorializados das situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social que incidem sobre famílias/pessoas nos diferentes ciclos da vida (crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos); pessoas com redução da capacidade pessoal, com deficiência ou em abandono; crianças e adultos vítimas de formas de exploração, de violência e de ameaças; vítimas de preconceito por etnia, gênero e opção pessoal; vítimas de apartação social que lhes impossibilite sua autonomia e integridade, fragilizando sua existência; vigilância sobre os padrões de serviços de assistência social em especial aqueles que operam na forma de albergues, abrigos, residências, semi-residências, moradias provisórias para os diversos segmentos etários. Os indicadores a serem construídos devem mensurar no território as situações de riscos sociais e violação de direitos.” (BRASIL, 2004, p.39)

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Considerações Finais

O artigo apresentou de forma panorâmica as principais variáveis que adensam a discussão sobre a operacionalização dos conceitos de risco e vulnerabilidade pelos trabalhadores do SUAS. Acreditamos que este debate esteja lançado e que não se esgota nos limites deste artigo, pois ainda se encontra em disputa, porém o debate de algumas questões se torna necessário como forma de considerações finais.

Em primeiro lugar o protagonismo da discussão sobre os conceitos é consequência de uma visão estratégica da Política Nacional de Assistência Social. Uma política requer adensamento institucional para o seu desenvolvimento: esse adensamento perpassa sua formulação, implantação monitoramento e avaliação. Domínio conceitual e operacional das ações de enfrentamento ao risco e vulnerabilidade social, e sua aplicabilidade para alteração da realidade concreta se efetivam via conhecimento das realidades concretas, sustentando os planejamentos em todos os níveis.

A discussão sobre os riscos e vulnerabilidade é certamente transversal a diversas profissões que operam a Assistência Social. Assim sendo, é de fundamental importância garantir a transversalidade da temática de forma prática tornando-a uma ferramenta para a execução da política.

Em terceiro lugar, mas não menos importante: é importante criar a consciência de que as relações de desigualdade, cada vez mais acirradas no nosso modelo de sociedade, geram situações concretas de vida, que vão se transformar em informações e dados que exigem um exercício contínuo daqueles que desenvolvem suas ações no chão do SUAS, nos municípios. Desenvolver um bom diagnóstico socioterritorial, elencar as prioridades de atuação, decidir quais manifestações da desigualdade se quer enfrentar num período de tempo, observar se essas informações estão no plano municipal, devidamente explicitados, transformar estes dados em projetos de intervenção atravessando os serviços e

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



programas são elementos fundamentais para sustentar as bases técnicas e éticas dos trabalhadores, gestores e do controle social do SUAS.

REFERENCIAS

ABROMOVAY, M., et al. **Juventude, violência e Vulnerabilidade Social na América Latina: desafios para políticas públicas.** Brasília. UNESCO. BID. 2002.

ALVARENGA, M. **Risco e Vulnerabilidade: razões e implicações para o uso na política nacional de assistência social.** Dissertação (Mestrado em Política Social), Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Federal do Espírito Santo. Espírito Santo, p. 133. 2015.

ALMEIDA, N. L. T. Retomando a temática da “sistematização da prática em Serviço Social”. In: MOTA, E. et. al. **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional.** São Paulo: Cortez Editora, 2006. (p. 399 - 409)

ANDRADE, F. F. de. A institucionalidade da Assistência Social na proteção social brasileira. In: ROZENDO F. H.; Et.al (Org.). **Serviço social, trabalho e direitos.** 1ed. Cruz das Almas - BA: Editora UFRB, 2014, v., p. 223-256.

BRASIL, Ministério de desenvolvimento social e combate à fome. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS) -** Brasília, secretaria Nacional de Assistência Social, 2004.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social NOB/SUAS.** Brasília, 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **CapacitaSuas SUAS: configurando os eixos de mudança.** Brasília: Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008. v. 1.

BRONZO, C. Vulnerabilidade, empoderamento e metodologias centradas na família: conexões e uma experiência para reflexão. In: MDS/UNESCO. **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil.** Brasília: MDS/Unesco, 2009.

CASTEL, R. As armadilhas da exclusão. In: **Desigualdade e a questão social.** São Paulo: EDUC, pp. 15-48. 1997.

HARVEY, D. **A Condição Pós-Moderna: Uma Pesquisa sobre as origens da Mudança Cultural.** SP: Ed. Loyola, 1993.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



KOGA, D. **Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos.** São Paulo: Cortez, 2003.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Proteção básica do Sistema Único de Assistência Social. Orientações técnicas para o Centro de Referência de Assistência Social.** Versão preliminar. Brasília, jun. 2006.

MIOTO, R. C. T. Família e políticas sociais. In: BOSCHETTI, Ivanete et.al (Orgs.). **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas.** São Paulo: Cortez, 2008.

SPOSATI, A. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. In: MDS/UNESCO. **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil.** Brasília: MDS/Unesco, 2009. p. 13-56.

PROMOÇÃO



APOIO

